



Na Mídia

28/12/2021 | [Valor Econômico](#)

CVM aprova projeto da SMU para 'sandbox'

Plataforma de “equity crowdfunding” irá se juntar à Vórtx QR Tokenizadora, BEE4 e Basement, que já haviam sido anunciadas em outubro

Juliana Schincariol

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou novo projeto para integrar o “sandbox” regulatório, programa que oferece aos participantes um arcabouço regulatório mais simplificado e flexível, com o objetivo de levar inovação para o mercado de capitais.

Com o aval da autarquia, a plataforma de “equity crowdfunding” (financiamento coletivo para empresas iniciantes) SMU Investimentos irá se juntar à Vórtx QR Tokenizadora, BEE4 e Basement, que já haviam sido anunciadas em outubro.

A empresa chegou a ser aprovada pelo comitê do sandbox da autarquia, mas teve sua participação negada pelo colegiado, que identificou que havia potencial conflito de interesses. A empresa apresentou um pedido de reconsideração, que foi aceito, e assim poderá participar.

O projeto da SMU, em parceria com a Atris e a nTokens, visa criar um mercado secundário para as ofertas de crowdfunding de investimentos. Além da plataforma de investimento colaborativo, a empresa terá duas licença temporárias - uma para atuar como administradora de mercado secundário na modalidade de balcão organizado e outra como escrituradora de valores mobiliários.

Como a própria plataforma participa das ofertas de crowdfunding como investidor líder, o colegiado da CVM entendeu que haveria um potencial conflito de interesses nas operações. A empresa faz isso por meio de uma sociedade de propósito específico (SPE), que tem os mesmos sócios da SMU, apesar de ter CNPJs diferentes.

“Mostramos para a CVM que o investimento da SMU era irrelevante no capital da companhia (startup) e que não se opunha a fazer a divulgação de que esse investimento poderia acontecer”, disse o advogado Thiago Giantomassi Medeiros, sócio do Demarest Advogados, “que atuou no caso junto com o sócio Fabio Braga”.

Para receber a autorização, a CVM colocou algumas condições. Uma delas é a criação de uma nova SPE para cada oferta da qual a SMU participar. Além disso, terá um limite máximo que poderá aportar em cada operação. As cautelas, segundo o advogado, são semelhantes às do segmento de administração de recursos de terceiros, com segregação das pessoas jurídicas e da atividade da plataforma.

A autorização entrará em vigor a partir de junho de 2022. Durante os testes do sandbox, poderá fazer até 10 listagens, de emissões de até R\$ 10 milhões, realizadas em sua própria plataforma ou de terceiros. A plataforma também vai apostar na “tokenização” dos ativos, por meio do uso da tecnologia blockchain.

Agora começam os preparativos para começar a operar. A ideia é que a cada mês uma nova empresa seja listada, diz o cofundador da SMU Investimentos, Diego Perez. “Temos empresas do portfólio da SMU que iremos abordar. Vamos buscar empresas com alta performance na emissão primária, o que presume uma alta performance no secundário. Temos alguns nomes em mente”, afirma, sem revelar seus potenciais alvos.

A SMU também vai trabalhar para impulsionar o número de potenciais investidores na plataforma. “Vamos mostrar os benefícios de se investir em uma startup com liquidez e possibilidade de saída antecipada se for o desejado”, acrescenta o cofundador. Hoje, a SMU tem 32 mil usuários cadastrados em sua base. Deste total, oito mil já participaram de pelo menos uma oferta.

Para 2022, a plataforma trabalha para receber novos investimentos e prosseguir com sua expansão. Dentro do cenário mais otimista, a empresa deve receber uma licença definitiva para atuar neste mercado ao fim do projeto do sandbox. Na sequência, um dos planos é ter investidores estrangeiros. A SMU planeja captar recursos em uma rodada de investimentos “Série A” no próximo ano, diz Perez.

